



9. ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DO USO DA ÁGUA E AS SOCIEDADES TRADICIONAIS

Ao abordar os aspectos sócio-culturais no PNRH, envolvendo as sociedades tradicionais, busca-se contribuir para o avanço das discussões no sentido de incorporar a visão e os saberes autóctones, relacionados aos usos e conservação da água, dessas sociedades no gerenciamento dos recursos hídricos, com vistas ao alcance do desenvolvimento sustentável.

As populações tradicionais emergem como importantes atores sociais nas últimas três décadas em consequência, em grande parte, de conflitos gerados pelo avanço da sociedade urbano-industrial sobre territórios ancestrais que, até então, tinham reduzido valor de mercado. O exemplo mais típico é o surgimento dos movimentos sociais indígenas e de seringueiros em resposta à devastação florestal da Amazônia nos anos 1960-1970, causada pelos novos fazendeiros, em geral vindos da região sudeste, pela mineração e pela indústria madeireira. Situação semelhante ocorreu nesse mesmo período com os caiçaras, ao se contraporem aos avanços da especulação imobiliária que expulsou muitos deles de suas terras no litoral sudeste.

No Brasil existem duas categorias de populações tradicionais: os Povos Indígenas e as Populações Tradicionais

não Indígenas. Uma das características básicas dessas populações é o fato de viverem em áreas rurais em estreita dependência do mundo natural, de seus ciclos e de seus recursos, fundamentais para a manutenção de seu modo de vida. A unidade familiar e/ou de vizinhança é também uma característica importante no modo de vida dessas populações que produzem para sua subsistência e para o mercado. O conhecimento aprofundado sobre os ciclos naturais e a oralidade na transmissão desse conhecimento são características importantes na definição dessa cultura.

A noção de território é uma das características mais marcantes desses grupos. O território, ocupado durante gerações, não é definido somente pela sua extensão e os recursos naturais nele existentes, mas também pelos símbolos que representam, como os cemitérios, as roças antigas, os caminhos, e também os mitos e lendas. Em algumas dessas comunidades existem formas de uso comum do território como aquelas existentes entre os faxinais do Paraná, caiçaras e pescadores artesanais.

Entre esses elementos, os rios, riachos, lagos, córregos, poços (e para as populações litorâneas, a praia e o mar) desempenham um papel fundamental para a produção e reprodução social e simbólica do modo de vida. Eles garantem a água para saciar a sede e para o uso domésti-

co, para as hortas, pomares e animais, para transporte e navegação, e, para algumas dessas populações, são também fonte de energia. Para muitas delas são também locais habitados por “seres naturais e sobrenaturais benéficos” que, quando desrespeitados, podem trazer destruição e desgraça.

9.1. SOCIEDADES TRADICIONAIS E AS URBANO-INDUSTRIAIS: SUA RELAÇÃO COM A ÁGUA

A água doce é necessidade básica de todos os seres humanos e essa necessidade pode ser interpretada de diferentes formas pelas diversas culturas. De maneira geral, nas sociedades tradicionais a água (rios, cachoeiras, chuva e outras formas) é um bem da natureza, muitas vezes dádiva da divindade responsável pela sua abundância ou pela sua escassez. Já nas sociedades urbanas e modernas, a água doce é um bem, em grande parte, domesticado, controlado pela tecnologia (represas, estações de tratamento), um bem público cuja distribuição, em alguns países, pode ser apropriada de forma privada ou corporativa.

Para ambas as sociedades as águas podem ser contaminadas e poluídas, mas é a cultura que define o que é e o que não é poluição. Nas sociedades tradicionais as atividades que geram poluição são distintas daquelas existentes nas sociedades urbano-industriais, mas nas duas sociedades, a água pode ser veículo transmissor de enfermidades.

O uso da água tem dimensões conflitivas e políticas. No entanto, a origem dos conflitos e a forma de solucioná-los são distintas em ambas as sociedades. Em algumas

situações existem conflitos entre formas tradicionais de apropriação social dos espaços aquáticos, baseados no direito consuetudinário e aquelas que têm por fundamento o direito moderno e formal.

Nas sociedades tradicionais a água, incluindo rios e lagos, faz parte de um território e um modo de vida, base de identidades específicas (caboclos, quilombolas, entre outras) ao passo que nas sociedades modernas a água, como bem de consumo, é desterritorializada, canalizada de outros lugares muitas vezes distantes, com os quais as populações urbanas têm pouco ou nenhum contato. Nas sociedades tradicionais, as mulheres têm uma relação social e simbólica forte com a água tanto em sua busca quanto em seu uso.

Com relação aos aspectos simbólicos, em muitas mitologias, das águas doces se originaram o mundo e as culturas humanas. Nas sociedades tradicionais, em geral marcadas pela religião, as águas doces têm um valor sagrado que se perdeu nas sociedades modernas. Lugares de onde vertem as águas, como as fontes e as grutas, são considerados sagrados e que não podem ser contaminados. Muitos deles foram transformados, desde a Antiguidade, em locais de culto e devoção. No Brasil, muitas imagens milagrosas foram encontradas nos rios, como Nossa Senhora de Aparecida e Nossa Senhora de Nazaré (O Círio de Nazaré).

O caráter sazonal das águas é um elemento marcante, que organiza suas atividades e vida social em função da estação das águas e da estação seca. A alternância cíclica na disponibilidade hídrica também exerce influência nas sociedades urbanas, mas sua interpretação é distinta daquela existente nas sociedades tradicionais. O período de fortes chuvas pode estar relacionado a enchentes destruidoras e o período seco a necessidade de racionamento de água.

9.2. DISTRIBUIÇÃO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS POR BIOMAS NO BRASIL

É difícil definir, classificar e localizar as populações tradicionais brasileiras, entre as quais somente as indígenas e as quilombolas têm seu território assegurado pela Constituição Federal de 1988. Muitas delas, como a caiçara, a cabocla e a caipira sofreram uma expressiva redução em seu número, sobretudo a partir da década de 1950, quando se acelerou o processo de industrialização e modernização da agricultura, resultando na perda dos territórios tradicionais e em intensa migração para as cidades. Por outro lado, muitas comunidades tradicionais receberam migrantes de outras regiões, resultando em processos de hibridismo cultural.

As populações tradicionais indígenas e não-indígenas estão distribuídas por todo território brasileiro e encontram-se associadas aos vários biomas. No entanto, em função do desenvolvimento histórico e das condições ambientais, determinadas regiões que estiveram mais isoladas dos grandes ciclos econômicos agro-industriais brasileiros (cana-de-açúcar, café, industrial e atualmente, soja) puderam conservar uma diversidade e um número maior de comunidades tradicionais. Assim, cerca de 60% das populações tradicionais indígenas e não-indígenas já estudadas (Diegues e Arruda, 2001) vivem no bioma Amazônico (ex: Caboclos-Ribeirinhos, grande parte dos povos indígenas e inúmeros grupos quilombolas).

Algumas populações tradicionais não indígenas, como os babaqueiros e os sertanejos vivem no Cerrado e na Caatinga. As demais populações tradicionais, em número

mais reduzido vivem no Pantanal (os pantaneiros), nas florestas de araucária (faxinais), na Mata Atlântica e zona costeira (caiçaras, jangadeiros, pescadores artesanais, praieiros e açorianos), nas florestas estacionais, semidecíduais com enclaves de Cerrado (os caipiras e caboclos), e nos campos do sul do país (gaúchos/campeiros).

9.3. ALGUMAS SOCIEDADES TRADICIONAIS E SUAS RELAÇÕES COM OS BIOMAS E COM A ÁGUA

Cada população tradicional tem uma relação específica com a água, marcada pela maior ou menor disponibilidade



de desse elemento e por tradições historicamente construídas. Nesse sentido, os sertanejos atribuem à água escassa e desigualmente distribuída, um valor diferente daquele dado a ela pelos caboclos-ribeirinhos amazônicos ou pelos pantaneiros, que dispõem de água mais abundante.

9.3.1. O Cerrado e a Caatinga: Sertanejos e Varzeiros e sua relação com a água

O semi-árido é dotado de grande diversidade biológica, fundamental para a sobrevivência das comunidades rurais, muitas espécies de plantas como as oleaginosas, as frutíferas, as gramíneas e forrageiras nativas são conhecidas e usadas (DIEGUES, 2002). Entre as populações tradicionais presentes, além de alguns poucos povos indígenas (Tremembé, Pankararu, entre outros), destacam-se os sertanejos, que vivem, sobretudo nos estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e norte de Minas Gerais, e os ribeirinhos-varzeiros do Rio São Francisco. Varzeiros ou Varzeiros são consideradas aquelas populações tradicionais que vivem às margens dos rios e várzeas, sobretudo às margens do rio São Francisco. Essa denominação é também aplicada a ribeirinhos e caboclos de outros rios, como o Paraná.

Os sertanejos ocupam a orla descontínua do agreste, as grandes extensões semi-áridas da Caatinga e parte do Cerrado. Essa área faz parte de um extenso corredor composto por formações florestais abertas e secas que separa os dois grandes blocos de florestas úmidas formados pelos biomas Amazônia e Mata Atlântica. O clima nessa região é caracterizado pela presença de período seco bem definido, que pode estender-se por até seis meses dependendo da região, alternando-se com período

de chuvas torrenciais (IBGE, 2004a). O uso não sustentável dos recursos naturais aliados às condições de forte variação climática e as pressões antrópicas resulta em grave quadro de degradação ambiental, podendo estabelecer, inclusive, processos de desertificação.

Nas áreas suscetíveis a desertificação, que englobam o semi-árido brasileiro e seu entorno, mais de 80% dos domicílios não possuem rede geral de abastecimento e cerca de 40% são servidos por água de nascentes e poços localizados fora das propriedades, de reservatórios abastecidos com água de chuva, ou ainda por carro-pipa. A ausência de água próxima à propriedade implica quase sempre no dispêndio de muitas horas de caminhada por mês a sua busca. Embora não existam dados que retratem a qualidade dessas águas, é de amplo conhecimento que muitas famílias consomem água que é também utilizada por animais e para outros usos domésticos, comprometendo sua qualidade e acarretando prejuízos à saúde humana (MMA/SRH, 2004).

Essa população tradicional é, em grande parte, rural, caracterizando-se por uma grande diversidade cultural, mas também pela pobreza e alta densidade demográfica. A região apresenta os maiores índices de analfabetismo, trabalho e mortalidade infantil do país (IBGE, 2004). A dinâmica populacional nessa região é caracterizada pela acentuada emigração, tendo por destino cidades maiores do nordeste e de outros estados das regiões Sudeste e Sul, motivada freqüentemente pelos períodos de seca e pela precária situação econômica e social.

Dada a irregularidade e a escassez periódica de água, a chuva é o fenômeno mais aguardado do ano e, por vezes, de vários anos, na vida do sertanejo, que vive da pequena agricultura, da pecuária e do extrativismo. O “inverno” é o período da chuva, quando chega abundante, o sertão se transforma tanto em sua paisagem quanto em

sua sociedade. A chuva é crucial, uma vez que grande parte dos rios é temporária. No início do inverno os moradores plantam as roças, as chuvas mantêm uma intensa vida econômica e social. Já o “verão” é sinônimo de estiagem e quando prolongada, não só resulta em escassez e mesmo falta d’água, mas traz consigo a desagregação social e as marchas mais longas com o gado em busca de cacimbas, muitas vezes com água contaminada. Nesse sentido, o “inverno agrega e o verão dispersa” as pessoas. Essa dispersão chega ao auge quando o sertanejo é forçado a migrar.

A água é vista como um elemento raro, dependente da vontade da natureza. Para muitos sertanejos católicos, a clemência da natureza e o fim da escassez de água podem ser conseguidos com a ajuda dos santos. Para tanto existem muitos rituais com a finalidade de prever os anos bons e os ruins de chuva. Para os sertanejos, a observação de estrelas, de certas árvores como o pau d’arco, imbiratama podem também fornecer elementos de previsão para a tão esperada chuva (GOMES, 1998) que, ao chegar, inicia não somente um ciclo de vida natural, mas também social e cultural.

As atividades humanas ligadas à água não são igualmente distribuídas entre os membros da família. Os homens são responsáveis por levar o gado para beber, construir poços e cacimbas, realizar trabalhos de irrigação agrícola (quando existente), preparar o solo para o cultivo em tempo adequado para receber as primeiras chuvas.

Homens e mulheres se relacionam com a água de forma distinta. Enquanto os primeiros são vaqueiros que levam o gado para beber no rio, pescadores, guias turísticos ou tiram sua renda do trabalho nos rios, as mulheres e crianças têm contato mais direto com a água. São elas que buscam a água para o uso doméstico, muitas vezes do próprio rio, onde freqüentemente se reúnem às suas

margens para lavar roupa, banhar-se, conversar, receber e transmitir novidades do lugar.

Programas de convivência com o semi-árido, a exemplo da atuação da Articulação no Semi-árido Brasileiro (ASA) tem mostrado resultados satisfatórios, uma vez que buscam soluções para a questão da escassez da água dentro da própria cultura e das condições locais.

Para outras populações do Semi-Árido como os “varjeiros” do Rio São Francisco, ainda que exista também a estação das chuvas e a seca – o inverno e o verão, a água não tem para esses ribeirinhos a conotação de escassez que caracteriza a vida dos sertanejos. O rio, as lagoas e as várzeas são os grandes provedores de água para satisfazer as necessidades humanas, dos animais e das plantas. Parte considerável dessa população vive de atividades agrícolas realizadas nas várzeas, do extrativismo e da pesca. Essa população se organiza segundo um outro ciclo: o da vazante e da enchente do rio.

As enchentes do São Francisco fertilizam as margens e na vazante o ribeirinho faz seu cultivo – a roça da vazante ou do “lameiro”. Nesse período intensificavam-se as atividades de pesca nas lagoas que se formavam com as enchentes. Com o refluxo das águas os peixes ficam retidos e a pesca é abundante (NEVES, 1998). O comércio do excedente deu origem a uma intensa navegação fluvial de canoas, com suas figuras de proa, impulsionada pelos remeiros.

O rio deu origem também a muitos mitos, como o do Caboclo d’Água, ser benfazejo, mas que pode se tornar vingativo. Ele pode favorecer a navegação, a pesca e a lavoura de seus protegidos, mas também, quando ofendido, pode causar naufrágios de canoas, pesca infrutífera e queda de barrancos. Existe também o mito da Mãe d’Água, loura ou morena, que mora num palácio nas

profundezas do rio e costuma seduzir os jovens. Para os ribeirinhos, o rio é um ser vivo que apresenta comportamentos antropomórficos: dorme à noite, quando os peixes repousam nas profundezas. Ele não pode ser acordado e nesses momentos não se deve beber sua água (NEVES, 1998).

9.3.2. A Amazônia: Caboclos Ribeirinhos e povos Indígenas, e sua relação com a água

O bioma Amazônia é o mais extenso em território brasileiro, tendo como uma de suas principais características a gigantesca rede hidrográfica formada pelo rio Amazonas e seus afluentes. O regime fluvial marcado pela rara ocorrência de estiagem longa e acentuada exerce grande influência sobre a dinâmica da paisagem, fauna, flora e populações humanas (IBGE, 2004a). A estação das cheias, que dependendo da região pode se prolongar por quatro a cinco meses, atinge as várzeas, conformando novas redes de igarapés, furos, paranás e lagos de várzea. Existem florestas periodicamente inundadas como as matas de várzea, igapós, florestas de planície inundável, manguezais e matas de várzeas e marés; florestas permanentemente inundadas, como as florestas de pântano, igapós permanentes; além de outros tipos de florestas não-inundáveis – de terra-firme, campos e savanas (DIEGUES, 2002).

9.3.2.1. Os Caboclos-Ribeirinhos e sua relação com a água

As populações tradicionais não-indígenas da Amazônia

têm como uma de suas peculiaridades a forte dependência das águas dos rios e igarapés como fonte de água para uso doméstico, para a navegação e obtenção de alimentos. O consumo de pescado nessa região é o mais elevado do mundo, chegando a cerca de 220 Kg por pessoa/ano em certas áreas do baixo rio Solimões e alto Amazonas, constituindo a principal fonte de proteínas para as populações humanas residentes (SANTOS; SANTOS, 2005). Vivendo em sua maioria à beira de rios, igarapés, igapós, lagos e várzeas, os caboclos-ribeirinhos têm o regime de cheias como fator regulador de suas vidas.

A variação fluviométrica rege as atividades de extrativismo vegetal, agricultura e pesca dos habitantes da região. Quando começa a cheia, torna-se difícil fazer roça, mesmo a pesca e a caça ficam mais difíceis e nesse sentido, esse período dificulta a vida social. Esses caboclos são extrativistas e agricultores que produzem em regime familiar, vendendo o excedente. Como os terrenos ocupam as beiras dos rios, os ribeirinhos podem tirar proveito das várzeas, plantando e colhendo produtos alimentícios, em particular, a mandioca, mas também frutas e ervas medicinais. Nas florestas extraem o látex da borracha para a venda e também a castanha-do-pará, além de criarem pequenos animais domésticos e possuírem algumas cabeças de gado.

Os caboclos-ribeirinhos possuem vasto conhecimento da várzea, do rio e da floresta que os circundam, coletando alimentos, fibras, tinturas, resinas, ervas medicinais, bem como materiais de construção. O conhecimento tradicional desses povos abrange inúmeros aspectos da vida dos rios e suas relações com a floresta, dos tipos e hábitos dos peixes, como migração, alimentação, época e lugares de desova dos cardumes, desenvolvendo técnicas de captura como armadilhas fixas de baixo impacto sobre a ictiofauna.

A Amazônia recebeu grandes fluxos migratórios no período da borracha e, mais recentemente ainda, atrai imigrantes de várias regiões brasileiras que ali vão trabalhar como colonos, madeireiros, mineradores, entre outros. Por outro lado, existem fluxos migratórios importantes entre as zonas rurais ribeirinhas e as capitais dos estados e outras cidades maiores da região. Esse padrão de migração intra-regional é constante para a maioria dos municípios da bacia Amazônica, sobretudo para as capitais, como Manaus, Belém, Porto Velho e Macapá, criando problemas de saúde, educação, desemprego e violência nas áreas urbanas.

Homens e mulheres se relacionam com a água de modo diferenciado. Enquanto a maioria das tarefas extrativistas florestais (produção de borracha, coleta de castanha e outras frutas), a pesca e caça nos rios e igarapés, a preparação do terreno da várzea para a agricultura são realizadas por homens, as mulheres e crianças são responsáveis pela retirada da água para o uso doméstico, por tarefas agrícolas (plantio e colheita na várzea) e artesanais. Os igarapés também são muito usados para atividades de lazer.

As palafitas, moradias adaptadas aos períodos cíclicos de enchente e vazante, são em parte determinantes no estilo de vida dessas populações que vivem dos rios e das florestas. O contato entre as comunidades só pode ser feito por barco, pois os caminhos ficam inundados. Em rios como o Solimões, as chuvas intensas se prolongam de novembro a janeiro quando aumentam os índices de doenças tropicais como a malária e a hepatite. Já a vazante vai de abril a julho, sendo caracterizada por um período de insetos e pragas. A estiagem se estende de agosto a outubro, quando se intensifica a pesca e caminhos entre as casas voltam a ser transitáveis, intensificando-se a vida social.

Entre os caboclos ribeirinhos existem lendas sobre a





Foto: Eduardo Junqueira Santos

Mãe d'Água para a qual é necessário dar presentes para que a pesca seja abundante. Outros mitos narram as relações amistosas entre os seres dos rios e das matas que garantem a vida dos homens que, por sua vez, não devem perturbá-las. Esse rico universo simbólico é fundamental para garantir a identidade do grupo e sua relação com as águas que são consideradas parte integrante do seu território ancestral (FRAXE, 2000).

9.3.2.2. Alguns povos Indígenas e sua relação com a água

O que se entende por religião está associado, para os povos indígenas, aos mitos e crenças, isto é, às narrativas de acontecimentos que explicam o mundo em que vivem, à posição de seu povo diante dos demais, suas tradições e costumes. Os mitos, ao descrever e explicar o passado, procuram, como grande parte das práticas religiosas, refletir sobre o presente. Os mitos têm uma relação muito estreita com os ritos e com a estrutura social de cada povo. Nos mitos, são descritas as ações dos heróis míticos, seres transformadores, responsáveis pela criação dos acidentes geográficos, dos animais e plantas.

A água de rios, riachos, igarapés, igapós e lagos têm uma importância vital para os povos indígenas, na mitologia de várias sociedades a água está diretamente relacionada às suas origens, em muitos casos considerada um ser vivo que deve ser respeitado. Esses povos desenvolveram mitos que relatam o surgimento de suas tribos, dos ancestrais e das relações entre os seres da água e os humanos. Esses seres podem causar harmonia ou desarmonia. Rituais de pesca são realizados para obter sua permissão para se entrar no rio e capturar os peixes.

Para os Metutire (grupo Caiapó-MT/PA) a água é considerada um elemento que estimula o crescimento físico e o amadurecimento psicossocial, e as mulheres costumam mandar as crianças banharem-se na chuva para que cresçam rapidamente. Os Mebengocrê (povo do buraco d'água, também Caiapó) retratam a íntima relação entre sua gente e a água através de muitos mitos. Os Aúwe Xavante (MT) distinguem dois tipos de água: a dos rios, identificada como água viva, e a dos lagos e lagoas, considerada água parada ou morta, sendo que cada uma delas tem seus donos. Os donos ou espíritos da água viva (Otedewa) são generosos, alertam os adolescentes contra os perigos dos rios, controlam peixes e jacarés e curam determinadas doenças. Já os espíritos, donos das águas mortas (Uutedewa) vivem no fundo dos lagos, são hostis e perigosos e por isso os índios precisam pedir-lhes permissão, fazendo rituais que precedem a pesca (GIACCARIA; HEIDE, 1972).

9.4. CARACTERÍSTICAS GERAIS DE ALGUMAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

9.4.1. Povos tradicionais Indígenas

Estudos indicam que no século XVI a população indígena em território brasileiro estivesse entre 2 e 4 milhões de pessoas pertencentes a mais de 1.000 povos diferentes (www. <http://www.socioambiental.org/> 2005). Outras estimativas indicam que nesse mesmo período cerca de 1.200 línguas eram faladas no Brasil (Rodrigues, 2005). Atualmente a população remanescente em áreas indígenas é estimada entre 350.000 e 500.000 pessoas pertencen-

centes a 218 povos (www. <http://www.socioambiental.org/2005>) e a diversidade lingüística em torno de 181 línguas (RODRIGUES, 2005). Recente estudo do IBGE que contabilizou indivíduos em áreas urbanas indica que a população global de indígenas no Brasil possa ultrapassar 734 mil pessoas (IBGE, 2005).

Darcy Ribeiro foi um dos pioneiros no estudo dos aspectos demográficos das populações indígenas brasileiras. Na década de 1950, esse autor indica o desaparecimento de mais de 80 povos indígenas somente na primeira metade do século XX, resultando na redução populacional de 1.000.000 para 200.000 pessoas. Este autor contribuiu para modificar a idéia reinante de que o desaparecimento da maior parte dos indígenas se devia à mestiçagem com os europeus e africanos, dando origem ao povo brasileiro. Alertou para o desaparecimento físico de grande parte da população indígena, ao longo de quatro séculos e meio, não só devido às guerras, à escravidão, à desorganização de suas sociedades, mas, sobretudo, à dizimação pelas moléstias contagiosas contra as quais não possuíam resistência. Sem que tenha sido esta a sua intenção, as objeções que levantou àquele modo de ver conduziram à admissão do extremo oposto: a de que os índios estavam condenados irrevogavelmente ao decréscimo e extinção (MELATTI, 2004).

Apesar da grande redução populacional histórica e contrariando as expectativas, nos últimos anos um processo de recuperação populacional tem sido observado nas terras indígenas, cujas populações tem apresentado altas taxas de fecundidade e uma mortalidade decrescente (IBGE, 2005), embora muitos povos tenham reduzidos contingentes e alguns estejam ameaçados de extinção. Na listagem de povos indígenas no Brasil contemporâneo elaborada pelo Instituto Sócio Ambiental com base nessas populações, 12 dos povos relacionados têm popula-

ções entre 2 e 38 indivíduos. De fato, a análise das informações demográficas dos 218 povos listados demonstra que a maioria constitui-se de micro-sociedades: 61 povos (28.2%) têm uma população de até 200 indivíduos; 50 (23.1%) entre 201-500; 37 (17.1%) entre 501-1.000; 43 (19.9%) entre 1.001-5.000; 09 (4.1%) entre 5.001-10.000; 05 (2.3%) entre 10.001-20.000; 01 entre 20.001-30.000 e 02 com mais de 30.000, (FIG. 9.1).

As estimativas demográficas das diferentes populações indígenas apresentam uma série de limitações, os valores globais têm sido gerados por agências governamentais (Funai e Funasa), pela Igreja Católica (CIMI) ou por organizações não governamentais por meio da reunião de informações muito heterogêneas (ISA, 2005). Os critérios censitários e as datas dos levantamentos são muito variáveis, há povos praticamente desconhecidos e índios isolados vêm a ser conhecidos, novos povos reivindicam a condição indígena e muito pouco se sabe sobre os índios que vivem em áreas urbanas. Outro aspecto a ser considerado diz respeito à área que ocupam, estima-se que cerca de 40 povos que ocorrem em território brasileiro ocupam áreas limítrofes com outros países, onde ocorre freqüente intercâmbio de indivíduos (ISA, 2005; IBGE, 2005).

Somente em 1991 os indígenas passaram a ser incluídos nos levantamentos censitários do IBGE sob a categoria “cor” e tendo como critério para levantamento a autodeclaração (IBGE, 2005). Apesar das limitações inerentes ao método empregado, sobretudo o fato de não serem levantadas informações sobre as populações das diferentes etnias, as línguas faladas e outros aspectos sócio-culturais, a análise comparativa entre os dados obtidos nesse ano e aqueles levantados no censo do ano 2000 demonstram claramente as inconsistências nos dados populacionais desses povos, sobretudo no que diz respeito a indiví-

duos concentrados em centros urbanos.

Em 1991, o percentual de indígenas em relação à população total brasileira era de 0,2%, ou seja, 294 mil pessoas. No levantamento de 2000 se auto-identificaram como indígenas 734 mil pessoas (0,4% dos brasileiros). Os valores apresentados representam um crescimento absoluto de 440 mil indivíduos ou um aumento de 150% na década de 90, uma taxa anual de 10,8%, a maior dentre todas as categorias de cor ou raça. Em 1991, o Brasil possuía 223 mil indígenas nas zonas rurais (76,1% do total). Em 2000, 383 mil residiam em zonas urbanas (52,0% do total). Essa aparente urbanização deve-se a uma maior autodeclaração nas Regiões Sudeste e Nordeste, que têm menor número de terras indígenas homologadas e onde ocorreram, nas últimas décadas, importantes movimentos de reemergência étnica indígena (IBGE, 2005).

A garantia do acesso à terra constitui um elemento central da política indigenista brasileira. O processo de demarcação é o meio administrativo para explicitar os limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas, propiciando as condições fundamentais para a sua sobrevivência física e cultural. A demarcação de terras indígenas garante também a preservação do conhecimento milenar detido pelas populações indígenas a respeito do patrimônio biológico brasileiro e conforme apresentado no capítulo anterior, esses espaços territoriais representam importante contribuição ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

O processo de regularização fundiária é definido na Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), e pelo Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, é composto pelas etapas de identificação e delimitação, demarcação física, homologação e registro das terras indígenas. As 604 terras indígenas atualmente

reconhecidas compreendem 12,5% do território brasileiro (106.359.281 ha), com significativa concentração na Amazônia, onde se localizam 76% do total das terras indígenas, o que representa, aproximadamente, 99% da área das terras indígenas do Brasil. Esse processo de demarcação encontra-se ainda em curso, com 70% das terras indígenas regularizadas (demarcadas e homologadas) (IBGE, 2005).

As populações indígenas da Região Norte apresentaram os menores níveis de mortalidade infantil dentre todas as regiões do país, enquanto a mortalidade infantil das populações indígenas nas Regiões Sudeste e Sul, mais desenvolvidas do ponto de vista socioeconômico, é bem mais elevada que a observado para não-indígenas.

Tal constatação denota três aspectos a serem considera-

dos: o primeiro, é na Região Norte onde se concentram as maiores extensões das terras indígenas, fato que pode estar associado às melhores condições socioeconômicas dos indígenas em comparação com aqueles que vivem em outras regiões do país; o segundo, o fato da mortalidade infantil dos indígenas se apresentar como excessivamente alta no Sul do país, região que historicamente tem apresentado os menores níveis gerais de mortalidade infantil, sinaliza a existência de condições de desigualdades extremas e exclusão, com impactos diretos sobre a sobrevivência das crianças indígenas; e, finalmente, o terceiro, a Região Nordeste, detentora dos mais elevados níveis de mortalidade infantil para a população em geral, alberga, também, os maiores níveis de mortalidade infantil para os indígenas (IBGE, 2005).

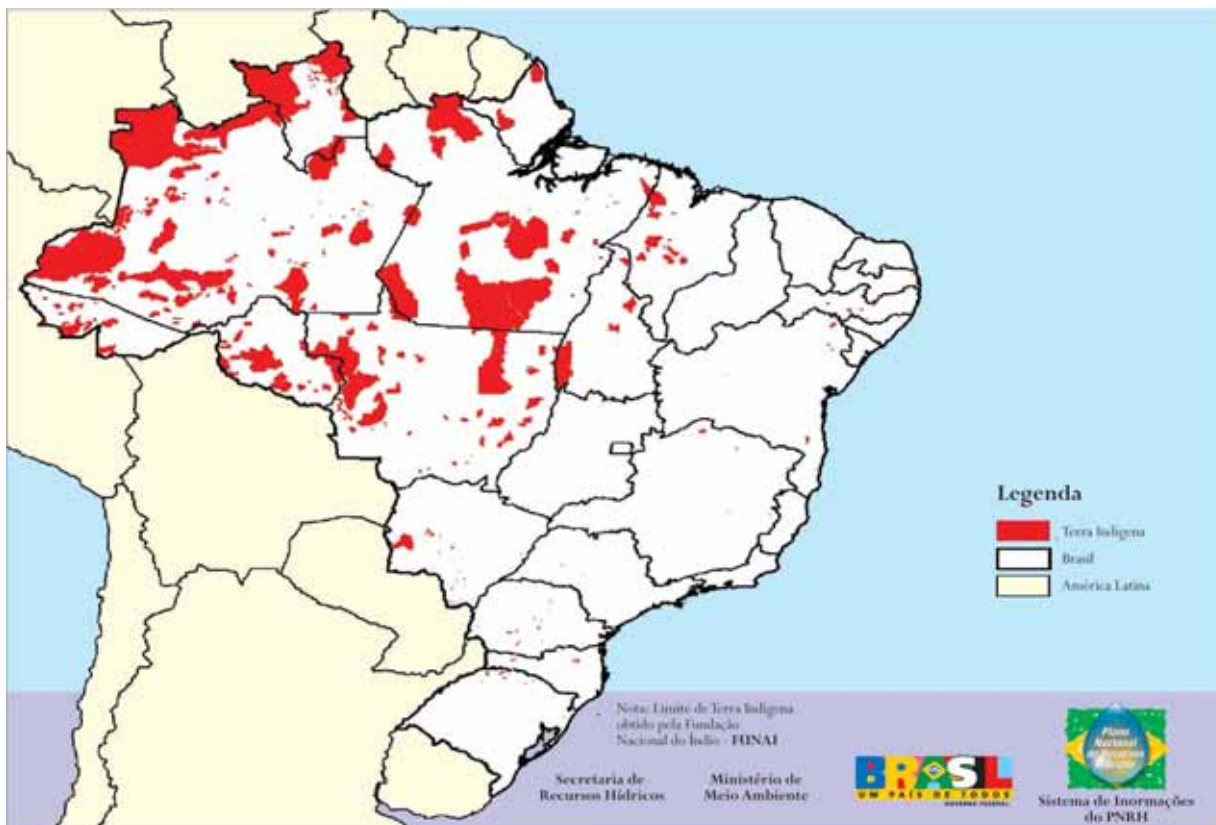


FIGURA 9.1 – Distribuição das terras indígenas no Brasil

9.4.2. Populações tradicionais não-indígenas

Não existe uma identificação e classificação definitiva dessas populações, mas o estudo de Diegues e Arruda (2001) descreve 14 tipos: os quilombolas, pantaneiros, babaçueiros, campeiros/gaúchos, faxinais, varjeiros não-amazônicos, açorianos, caiçaras, pescadores artesanais, caipiras, jangadeiros, sertanejos, praieiros e caboclos-ribeirinhos amazônicos (FIG. 8.4.2.1). Tomando como base o trabalho de Diegues (2002), segue uma breve descrição de alguns dos grupos mais conhecidos. Sertanejos, varjeiros, e caboclos-ribeirinhos amazônicos foram discutidos no item anterior.

a) Os caiçaras

Caiçaras são as comunidades formadas pela mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos colonizadores portugueses e, em menor grau, dos escravos africanos. Eles vivem na faixa litorânea entre Rio de Janeiro e Santa Catarina, apresentando uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato. A especulação imobiliária e a implantação de áreas protegidas de proteção integral têm forçado a migração dessa população para as áreas periféricas da cidade. Nas áreas que habitavam originalmente, a água abundante era retirada das inúmeras cachoeiras e riachos existentes na Mata Atlântica.

b) Os jangadeiros

São essencialmente pescadores marítimos que habitam a faixa costeira situada entre o Ceará e o sul da Bahia; pescando com jangadas. As atividades em terra são

menos importantes que a pesca para essas comunidades de pescadores marítimos. No entanto, extraem dos coqueiros uma fonte complementar de renda, realizando também, algumas vezes, roças de mandioca da qual extraem a farinha. Vivendo em áreas de restinga e dunas, muitas comunidades têm problemas com água, uma vez que é retirada de cacimbas, muitas vezes contaminadas.

c) Os caipiras

Os caipiras são hoje, em grande parte, sitiantes, meeiros e parceiros que sobrevivem precariamente em nichos entre as monoculturas do Sudeste e Centro-Oeste, em pequenas propriedades onde desenvolvem atividades agrícolas e de pequena pecuária, cuja produção se dirige para a subsistência familiar e para o mercado.

d) Pantaneiros

O homem do Pantanal, residente no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, constitui uma população que vive em uma das maiores áreas inundáveis do planeta, subsistindo à base de atividades agropastoris nas fazendas da região ou em pequenas propriedades à beira dos rios. Os pantaneiros são formados por donos de fazenda, peões, vaqueiros, capatazes, barqueiros, pescadores, garimpeiros, fruto da miscigenação com as tribos indígenas originais, colonizadores vindos do sudeste e dos escravos negros. As atividades dos pantaneiros são marcadas pelo contraste entre os períodos de estiagem e das grandes enchentes.

e) Os quilombolas

Os quilombolas são descendentes dos escravos negros que sobrevivem em enclaves comunitários, em alguns

casos, antigas fazendas deixadas pelos proprietários. Apesar de existirem, há muito tempo, sobretudo após a escravatura, sua visibilidade social é recente, fruto da luta pela terra, da qual, em geral, não possuem escritura. A Constituição de 1988 garantiu seu direito sobre a terra da qual vivem, em geral de atividades vinculadas à pequena agricultura, artesanato, extrativismo e pesca, segundo as várias regiões em que se situam. Assim, os quilombos da Amazônia, muitas vezes situados ao longo dos rios e igarapés, garantem sua subsistência com a pequena pesca, o extrativismo e a pequena agricultura. Em outras regiões, as atividades são quase exclusivamente agrícolas.

f) Campeiros-gaúchos

O termo campeiro (pastoreio), utilizado por Ribeiro (1995), refere-se à população sulina dos gaúchos que vivem nos pampas e coxilhas sulinas. No interior do Rio Grande do Sul existe uma expressiva região campestre formando, em termos gerais, os pampas gaúchos. Os gaúchos constituem um grupo pastoral, de cavaleiros e trabalhadores rurais vinculados à pecuária extensiva da região do pampa, vivendo no local de grandes estâncias voltadas para a produção de gado de corte e de lã.

g) Pescadores artesanais

Essa categoria de população tradicional está espalhada pelo litoral, pelos rios e pelos lagos e tem um modo de vida baseado principalmente na pesca, ainda que exerça outras atividades econômicas complementares, como o

extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. Embora, sob alguns aspectos, possa ser considerada uma categoria ocupacional, os pescadores artesanais apresentam um modo de vida peculiar. Praticam a pequena pesca, cuja produção em parte é consumida pela família e em parte é comercializada. A unidade de produção é, em geral, a familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes mais longínquos. Apesar de grande parte deles viver em comunidades litorâneas rurais, alguns moram em bairros urbanos ou periurbanos, construindo aí uma solidariedade baseada na atividade pesqueira.

h) Babaçueiros

São populações extrativistas que vivem principalmente da coleta, beneficiamento e utilização do babaçu, sobretudo no Meio-Norte, na zona do cerrado e floresta: Maranhão, Piauí e algumas áreas de estados vizinhos, incluindo o norte de Goiás. Cerca de 300.000 famílias dependem dessa atividade. A palmeira do babaçu ocupa geralmente áreas na fríngia da Floresta Amazônica, que já sofreram interferência humana, pelo fogo, pela agricultura ou pecuária. O babaçueiro não utiliza somente o coco, vendido para a produção de óleo, mas também as folhas para a construção de casas e a casca como combustível doméstico, como matéria prima para artesanato caseiro, entre outros usos. Praticam também a pequena agricultura, e, na região central do Maranhão, intercalam cultivos de arroz, mandioca, milho e feijão em suas pequenas propriedades.



FIGURA 9.2 – Populações tradicionais não indígenas no Brasil

9.5. CONFLITOS DE USO E GESTÃO

Dada a importância vital que têm as águas dos rios para as populações tradicionais, qualquer alteração de sua qualidade e quantidade, resultante de impactos de atividades de grande escala, colocam em risco o modo de vida e a própria sobrevivência desses grupos humanos, ocasionando o abandono forçado de seu território e sua transformação em populações marginais.

Na Mata Atlântica e zona costeira, sobretudo do sudeste e sul do país, a partir da década de 50, a construção de estradas, urbanização, chegada do turismo e da especula-

ção imobiliária e, posteriormente, a implantação de áreas protegidas restritivas geraram significantes impactos para os caiçaras, açorianos e pescadores artesanais, muitos dos quais perderam suas terras e migraram para as cidades, transformando-se em populações pobres e marginalizadas. A partir dessa época, processos semelhantes atingiram os jangadeiros e pescadores artesanais do Nordeste. A modernização da pesca no final dos anos 60 e posteriormente, a implantação de infra-estrutura turística e da carcinicultura (criação de crustáceos, principalmente camarão) tiveram impactos negativos sobre seu modo de vida e sobre os ecossistemas de que dependiam para sua sobrevivência (manguezais, restingas e dunas).

Nos estados do Espírito Santo e Sul da Bahia verificam-se vastas áreas plantadas com eucalipto para a produção

de papel e celulose. Essa atividade tem gerado conflito com os índios e pescadores que habitam o litoral desses estados.

A partir de 1960, com a abertura das primeiras grandes estradas e o avanço da pecuária e da mineração na Amazônia, os povos tradicionais começaram a sofrer alterações drásticas de seu modo de vida. O planejamento das obras de infra-estrutura ainda não incorporava a análise dos impactos sobre o meio ambiente e as populações tradicionais residentes, resultando em invasões de terras e problemas sociais como a marginalização, a prostituição e a violência. A extração ilegal de madeira e a destruição de matas ciliares têm afetado igarapés, dificultando o acesso à água, causando sedimentação e afogando os peixes, base da alimentação regional. A expansão da monocultura em larga escala e da pecuária, acompanhadas de desmatamento e queimadas, causando assoreamento e aumento de poluição por agroquímicos, com impactos diretos sobre as águas dos rios e principalmente sobre as nascentes e o modo de vida dos caboclos-ribeirinhos.

Em muitos rios amazônicos, pescadores ribeirinhos enfrentam a concorrência de pescadores comerciais provenientes das cidades que, fazendo uso de petrechos mais eficazes, praticam pesca predatória que compete diretamente com o sistema de pesca local, causando graves conflitos. Em alguns casos, os caboclos-ribeirinhos tentam proteger seus lagos contra a incursão dos barcos comerciais, iniciando sistemas de manejo por meio de zoneamento, pelos quais alguns desses lagos são fechados à pesca comercial.

Nos últimos anos, o Ibama tem incentivado “acordos de pesca” pelos quais é assegurado o acesso de pequenos pescadores aos seus locais tradicionais de atividade (sobretudo a certos lagos) onde a captura é controlada pela comunidade. Nas regiões litorâneas, a implantação, recente, de forma tecnicamente inapropriada da carcinicultura tem

causado destruição de mangues, poluição das águas pelos restos de ração e antibióticos usados na criação de espécies exóticas de camarão. Há também conflitos de pesca no Nordeste, Sudeste e Sul entre pescadores artesanais e industriais.

A mineração é outro fator de geração de conflitos. A exploração de minérios como a bauxita, a cassiterita e a garimpagem de ouro é intensamente realizada em algumas áreas da Bacia Amazônica, do Pantanal em alguns rios e estuários da Mata Atlântica, com graves conseqüências sobre a qualidade da água dos rios e o modo de vida das populações tradicionais. Além disso, cidades novas surgem nessas áreas sem infra-estrutura mínima de água e esgoto, e algumas delas desaparecem em curto espaço de tempo com o esgotamento das minas. A mineração tem causado problemas sérios decorrentes também da invasão das terras indígenas por garimpeiros. Na Região Sul, tem causado preocupação a concentração de granjas e empresas de suinocultura pela alta carga de poluentes que ameaçam rios e riachos do oeste catarinense.

Vale ressaltar que, apesar de sua importância para a preservação da biodiversidade, alguns parques nacionais e estações ecológicas têm sido implantados sobre territórios de comunidades tradicionais, forçando-as a abandonar suas terras e migrar para as cidades onde, em geral, vivem em situação precária. Esse processo tem atingido várias populações de caboclos amazônicos (Parque Nacional do Jaú, (AM), por exemplo), caícaras (Estação Ecológica da Jureia, (SP), entre muitos outros casos. Mais recentemente, com a luta dos seringueiros e outras populações tradicionais, têm sido implantadas reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável que beneficiam a conservação dos recursos naturais e as comunidades locais.